

# FAVELAS EM FOCO: UMA CONTRIBUIÇÃO ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS MUNICIPAIS

Sueli A. Felix<sup>1</sup>

**RESUMO:** O sentimento de territorialidade, com base teórica na Geografia da Percepção de Yu Fu Tuan, norteou as reflexões da pesquisa que deu origem ao presente artigo. A relação de afetividade com o espaço de moradia, muitas vezes negligenciada pelos gestores públicos de políticas urbanas, foi captada em entrevistas e intervenções com moradores de uma favela da cidade de Marília/SP, cujos resultados foram apresentados e amplamente discutidos nas comissões de trabalho para a elaboração do Plano Diretor do município. A percepção deste sentimento de territorialidade, inimaginável em se tratando de um segmento que reside nas chamadas *habitações provisórias*, provocou uma análise mais detalhada da organização espacial, social e um destaque especial para a percepção dos sujeitos sobre o *seu mundo* e o mundo externo, além das formas de participação e organização desses sujeitos: intra e extra-grupo. Conhecer os sentimentos e as necessidades dos seus moradores contribuirá com um novo olhar e, mesmo que tímida, uma redefinição do papel de um contingente que tão poucas vezes teve voz e vez nas políticas públicas da cidade.

**PALAVRAS-CHAVE:** Favela. Percepção. Políticas públicas, Sentimento de territorialidade. Crime.

## 1. INTRODUÇÃO

A universidade pública é um segmento por excelência para promover diagnósticos que auxiliem as políticas públicas. Em se tratando de espaços precarizados e ocupados de forma desordenada por um contingente humano visivelmente apartado das benesses do poder público e privado, mais relevante ainda é a intervenção científica que derruba o senso comum de criminalização da pobreza. As produções acadêmicas têm a obrigação de gerar reflexões que definitivamente freiem percepções simplistas de relação inequívoca entre miséria e

---

<sup>1</sup> Doutora em Geografia Humana (ênfase na Geografia do Crime). Docente do Curso de Pós-Graduação da FFC/Unesp, Coordenadora do GUTO/Unesp – Grupo de Pesquisa e de Gestão Urbana de Trabalho Organizado e do LEVS/Unesp- Laboratório de Estudos da Violência e Segurança da Unesp. Autora do livro *Geografia do Crime: interdisciplinaridade e relevâncias*. Marília: Unesp Publicações, 2002 e organizadora do livro *Violência e segurança: entre as percepções, um convite ao debate*. MARÍLIA: Instituto GUTO, 2007

criminalidade, o que só intensifica a violência institucional. É preciso cobrar do indivíduo a sua participação nos processos de melhoria de sua qualidade de vida, bem como e enfaticamente cobrar do Estado políticas públicas que atendam ao menos favorecidos e às suas necessidades básicas. A omissão do Estado é outra face cruel da violência.

## 2. A PESQUISA

A população pesquisada ocupa um espaço de habitações subnormais, as chamadas favelas, localizada na Zona Oeste da cidade de Marília/SP, região de mais altas taxas de crime por habitante de toda a cidade. Com pouco mais de duas centenas de famílias e cerca de 850 moradores, é uma favela relativamente recente, com quase 80% das residências fixadas há menos de 10 anos (63,4% após 2001), um forte item de tendência à desagregação sócio-espacial, na interpretação de especialistas urbanos para ambientes precários.

Foram abordadas 60% das moradias e os dados serviram para subsidiar as discussões do Plano Diretor que contempla o desfavelamento e/ou urbanização das favelas. Além de questões relacionadas às condições gerais de serviços urbanos como saúde, habitação, educação e outros, foram avaliados os anseios dos moradores através da sua percepção. A relação que o morador estabelece com o seu espaço de vivência (sentimento de territorialidade) é um forte indício de afetividade que além do convívio harmonioso promove a redução de distúrbios sociais. *Vis-à-vis*, o afrouxamento das relações sociais (de vizinhança) e de identificação com o Bairro dificulta a ação de movimentos sociais por melhorias.

Investigações sobre as relações morador/bairro, positivas ou negativas, são subsídios para o desenvolvimento de Políticas Públicas, especialmente de habitação (desfavelamento/urbanização). De acordo com Newman (1972), a territorialidade latente e o sentido de comunidade incidem em baixas taxas de crimes, uma vez que torna seguro o espaço de vivência do indivíduo, pois “[a] ligação emocional com o espaço e com seus vizinhos reverte-se numa vigilância solidária das propriedades, o que fatalmente afugentará os transgressores” (NEWMAN, 1972 Apud GREENBERG & ROHE, 1984, p. 54).

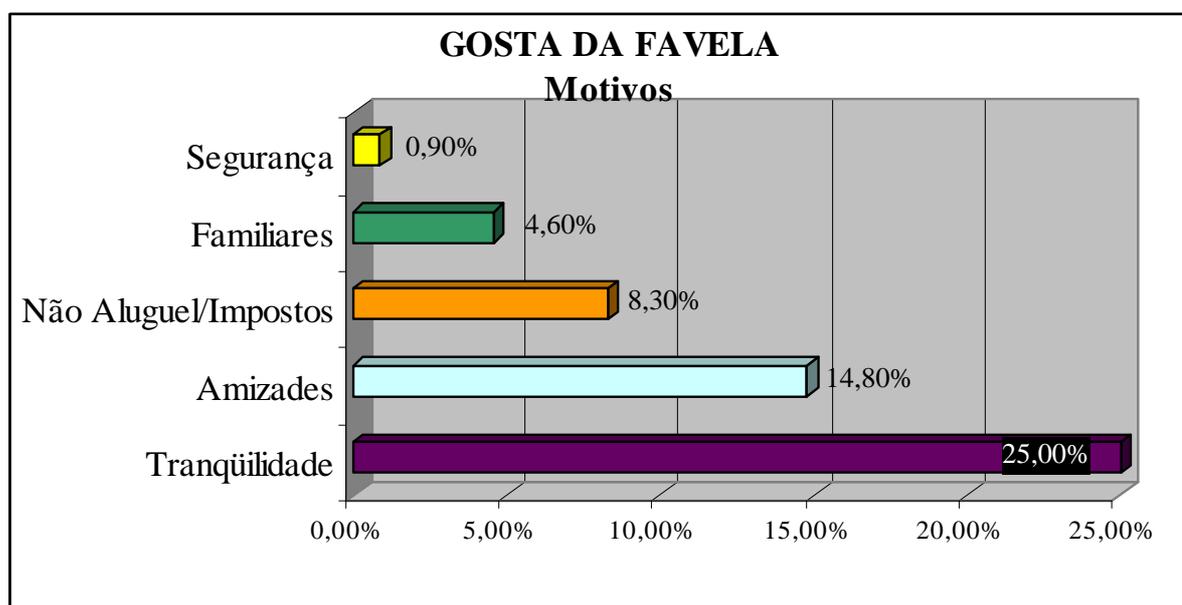
Questionados sobre a relação com o espaço de residência, quase 70% dos moradores mostraram forte apreço ao local, dizendo gostar da favela onde moram (Tabela 1). A percepção positiva é reforçada pelas respostas espontâneas, quando justificaram os motivos desse apreço (Figura 1).

| Gosta da Favela? |     |        |
|------------------|-----|--------|
| Sim              | 84  | 68,3%  |
| Não              | 39  | 31,7%  |
| Total            | 123 | 100,0% |

**Tabela 1. Sentimento do Morador em Relação à Favela (2005)**

Fonte: Primária: questionários e entrevistas

Org. Sueli A. Felix/Maria Estela Monteiro



**FIGURA 1. Sentimentos (motivos) dos Moradores para gostar da favela (2005)**

Fonte: Primária: questionários e entrevistas (total 84 respostas)

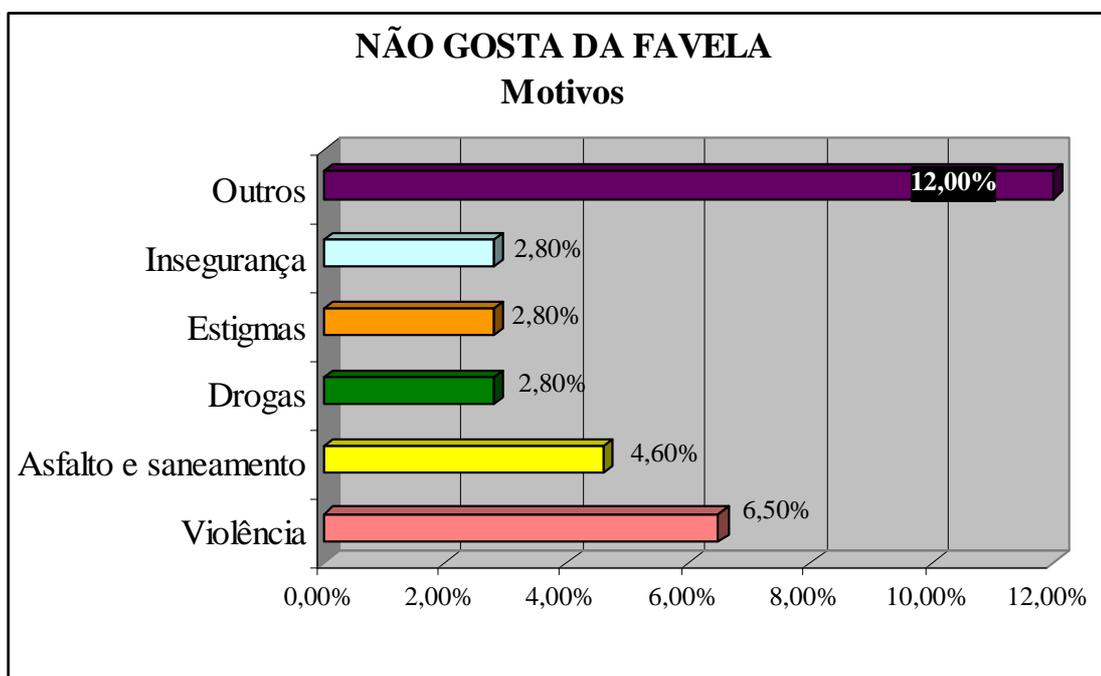
Org. Sueli A. Felix/Maria Estela Monteiro

O sentimento de territorialidade, forte indício de afetividade, está evidenciado nas justificativas dos moradores para a escolha e/ou permanência na favela. Muito além da questão econômica apontada por 8,3 % dos moradores (escolheram a favela por *não - pagar aluguel/imposto*), as justificativas emocionais predominaram: 45% por laços afetivos e pela tranqüilidade.

Nas reflexões de Tuan (1980), ao compreender a relação de afetividade com o espaço de moradia, abre-se a possibilidade de entender a complexidade de um processo construído por meio de uma rede de relações que tecida para contornar condições de miserabilidade. Esse processo se contrapõe aos ditames institucionais do Estado ou do mercado imobiliário, que percebem a favela como um entrave à paisagem urbana, negligenciando as lutas de

reivindicação por políticas públicas que atenuem as suas carências e propiciem acesso aos bens urbanos. Desde a década de 60, pesquisadores como Janice Perlman (1977) denunciam incongruências entre o discurso hegemônico dos males da favela e a realidade.

A *tranqüilidade*, lembrada por um quarto dos entrevistados, é um fator por si só suficiente para um estudo da percepção *intra e extra mundo* das comunidades faveladas. Para as teorias da percepção, esse é um forte componente para o desenvolvimento de políticas públicas de fixação desse sujeito no seu espaço: políticas de habitação, emprego, mobilidade dentre outras. Paradoxalmente, dentre os pouco mais de 30% que responderam **não gostar de morar na favela**, os problemas com a falta de segurança (violência/drogas) é apontado por mais de 9% (Figura 2)



**FIGURA 2. Sentimentos (motivos) dos Moradores para NÃO gostar da favela (2005)**

Fonte: Primária: questionários e entrevistas (total 39 respostas)

Org. Sueli A. Felix/Maria Estela Monteiro

É interessante notar que as questões estéticas e de habitabilidade não são consideradas tão relevantes: apenas 4,6 % reclamaram das condições físicas do espaço (*falta saneamento*) e 2,8 % justificaram de forma genérica a questão dos estigmas (*não gosta por ser favela*).

Embora genérica, *não gostar pelo simples fato de ser favela* é uma percepção carregada de segregação. O rótulo de favelado impõe restrições sociais, dificuldades de declarar o

endereço aos amigos e familiares, no local de trabalho e no comércio (algumas lojas não fazem entrega de mercadorias em favelas).

Para Perlman (1977) e Wacquant (2001), os constrangimentos por morar em local vistos socialmente como “*abomináveis*” possibilitam alienação territorial ou dissolução do sentimento de *lugar*. Entretanto, nesta pesquisa poucas pessoas mostraram falta de apreço ao local (apenas 32% *não gostam*), mas, grande parte (66%) admitiu a possibilidade de mudança, desde que seja para as imediações da favela, o que corrobora a relação afetiva com o espaço urbano. Entre os que manifestaram desejo de mudança da favela, 23,8% permaneceriam nas imediações e apenas 17,5% mudariam para bairros mais distantes. *Sair de Marília* ainda é a hipótese menos considerada entre todas as pretensões de mudança, perfazendo 6,3%.

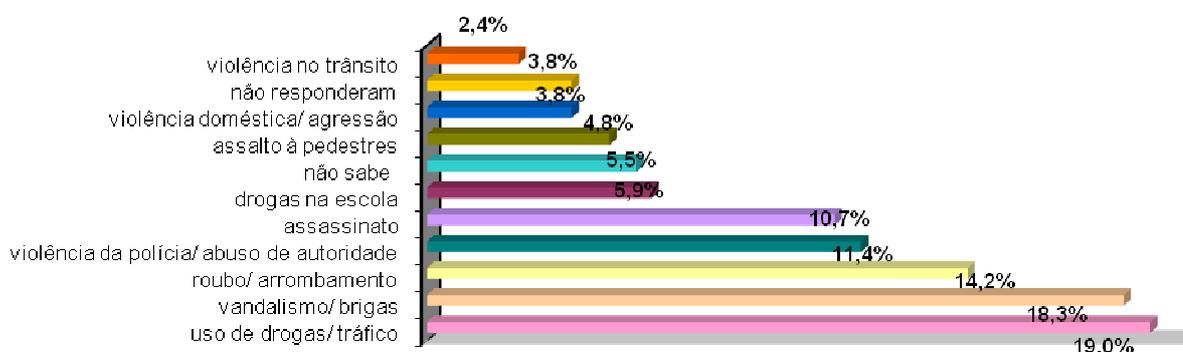
Isso tudo indica os rumos que deverão tomar as políticas públicas urbanas. Historicamente, há indicações que os programas de desfavelamento e/ou urbanização devem contemplar as necessidades e os desejos dos moradores que, via de regra, querem permanecer nas proximidades do local de origem, especialmente pelas raízes sociais (parentesco, amizade e ocupação profissional).

É interessante perceber que a relação afetiva com o espaço está presente até nos subgrupos de melhores condições sócio-econômicas, com condições de residir em outro local. Uma das famílias pesquisadas, composta por 06 pessoas (pai, mãe e três filhos e um parente), com renda familiar declarada de quase R\$ 3mil/mês, justificou a permanência na favela por questões familiares. Com isso, percebe-se que a relação afetiva com o espaço vai além das condições financeiras e da degradação física. O escoamento de esgoto *a céu aberto* abrange 62% das moradias e a maior parte do lixo despejada nas proximidades. A coleta direta atende apenas 30% dos dejetos em função da situação intransitável das ruas para os caminhões coletores.

As condições das vias de acesso afetam a segurança para a maior parte dos entrevistados. Solicitados a dar sugestões para a prevenção criminal, 34% se reportaram ao **asfalto** que, na percepção dos moradores facilitaria as ações preventivas/repressivas da polícia. A sugestão de asfalto para facilitar a ação da polícia perde apenas para as solicitações de incremento da polícia e de postos policiais nas proximidades da favela (37,4%).

Quando questionados sobre a presença da polícia no local, mais de 62% responderam que ela é freqüente. Entretanto, essa alta freqüência é percebida mais pela repressão que pela prevenção.

Outro aspecto que foge à compreensão da população externa é a percepção de segurança da população favelada: embora 57% considerem a favela insegura, é um indicador bem próximo e até menor da sensação de insegurança da população em geral<sup>2</sup>. Entretanto, 77% admitiram nunca ter sido vítimas de algum crime, o que ratifica a baixa criminalidade local, ou, no sentido radicalmente oposto, o medo de admitir a existência de problemas diante da qualidade da vizinhança.



**FIGURA 3. Problemas Criminais apontados pelos moradores**

Fonte: Primária: questionários e entrevistas (Total de 134)

Org. Sueli A. Felix/Maria Estela Monteiro

As drogas são os maiores problemas de segurança: 24,9% se reportaram às drogas – 19% de respostas sobre drogas e tráfico e 5,9% de problemas relacionados às drogas nas escolas. Outro problema é a incivilidade: vandalismo e brigas, com 18,3%, seguidos por roubo e arrombamento com 14,2% das queixas. Mesmo reivindicando mais presença da polícia, ao serem inquiridos sobre sugestões para melhorar a segurança no bairro, 11,4% reclamaram da violência e do abuso de autoridade da Polícia Militar.

### 3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por tudo o que se viu, ratificamos a necessidade de ver, ouvir, dar voz e vez aos segmentos historicamente apartados das decisões. Gestores públicos devem estar atentos às

<sup>2</sup> Pesquisas realizadas em 4 bairros periféricos durante um evento municipal - PIC - Programa de Integração Cultural - , a média dos que consideram o seu bairro inseguro foi 53% (Bairro Santa Antonieta, 63%; Fontanelli, 50% e Vila São Paulo, 41%)

formas como as pessoas lêem e sentem o ambiente urbano. O espaço, apesar de ser um conteúdo para todos, também é restritivo e determina uma geometria de ocupação, em função de questões estruturais como as sócio-econômicas (espaço de ricos e pobres) e em função de manifestações criminais, configurando-se em espaços temidos e evitados, independentemente de padrões sociais.

Parece que tanto a polícia quanto a opinião pública definem estereótipos de ofensas e ofensores que devem ser tratados com mais severidade pelas leis criminais. As ilegalidades são cometidas por todas as classes sociais e não se explicam/justificam pela pobreza, má habitação, falta de escolaridade e educação, pertencimento a certos grupos étnicos etc., todos elementos desajustadores que até podem levar à criminalidade, mas não determinam tal condição. É preciso romper com estigmas criados pelo senso comum, alimentados pela imprensa e fortificados pelas classes sociais mais altas que necessitam de bodes expiatórios e de descentralização das atenções. Enquanto estivermos dirigindo nossos olhares e apontando nossos dedos para os excluídos, estaremos blindando os demais, já brindados pelas “imunidades institucionais” que o poder econômico lhes confere.

Por outro lado, ouvir os “sujeitos” que fazem a história desse país é dar oportunidade para o Estado desenvolver políticas públicas que realmente atendam às necessidades dessa enorme parcela de desafortunados.

## Referências

ADORNO, Sérgio; LAMIN, Cristiane. Medo, violência e insegurança. In: LIMA, Renato S. de; PAULA, Liana de. *Segurança pública e violência: o Estado está cumprindo o seu papel?* São Paulo: Contexto, 2006.

CALDEIRA, Teresa P. do R.. *Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo.* São Paulo: Ed. 34/Edusp, 2000.

\_\_\_\_\_. São Paulo: a anti-cidade? In: SOUZA, Maria Adélia Aparecida de, *et al. MetrÓpole e globalização: conhecendo a cidade de São Paulo.* São Paulo: CEDESP, 1999. p. 80-89.

CARVALHO, Márcio Ricardo de. *Percepção espacial, crime e medo: entre o real e o imaginário - uma análise das evidências socio-espaciais e das sociabilidades em Marília/SP*, dissertação mestrado em ciências sociais . Marília: UNESP-FFC, 2007.

COELHO, E. Campos. A criminalização da marginalidade e a marginalização da criminalidade. *Rev. Adm. Pública*, v.12, p.139-61, 1978.

DAVIS, Mike. *Ecologia do medo*. Tradução de Aluizio Costa. Rio de Janeiro: Record, 2001.

FELIX, Sueli Andruccioli. *A Geografia do Crime: interdisciplinaridade e relevâncias*. Marília: UNESP/Publicações, 2002.

JACOBI, Pedro. Habitat e saúde na periferia. *São Paulo em Perspectiva*, v. 4, n. 3/4, p. 121 – 130, 1990.

LEFEBVRE, Henri. *O direito à cidade*. Trad. Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 2001.

MICHAUD, Yves. *A violência*. São Paulo: Ática, 1989.

PERLMAN, Janice. *O mito da marginalidade: favela e política no Rio de Janeiro*. Tradução de Waldívia Marchiori Portinho. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1977.

TELLES, Vera da Silva. A ‘nova questão social’ brasileira: ou como as figuras de nosso atraso viraram símbolo de modernidade. In:\_\_\_\_\_. *Pobreza e cidadania*. Edusp: São Paulo, p. 139 – 166, 2001

TUAN, Yi Fu. *Paisagens do medo*. Tradução de Livia de Oliveira. São Paulo: Edunesp, 2005.

\_\_\_\_\_. *Espaço e lugar: a perspectiva da experiência*. Tradução de Livia de Oliveira. São Paulo: DIFEL, 1983. 250p.

\_\_\_\_\_. *Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente*. Tradução de Livia de Oliveira. São Paulo: DIFEL, 1980.

VELÁZQUEZ, G. A. *Geografía, calidad de vida y fragmentación en la Argentina de los noventa: Análisis regional y departamental utilizando SIG's*. 1. ed. Tandil (Argentina): C.I.G., 2001.

VELÁZQUEZ, G. A.; GARCIA, M. C. Percepción y “medición” de calidad de vida en Tandil. In: \_\_\_\_\_. (Org.). *Aportes para su estudio en Latino America*. Tandil: Grafikart, 1999. p. 99 – 131.

WACQUANT, Loïc. *As prisões da miséria*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001a

WACQUANT, Loïc *Os condenados da cidade: estudos sobre marginalidade avançada*. Rio de Janeiro: Revan, FAZE, 2001b.